



Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 4, nº 44, julho de 2009



Relatório de Sustentabilidade: situação atual e perspectivas

Vânia Marques¹

A Responsabilidade Social e a Sustentabilidade vêm crescendo em importância na sociedade, que volta para as organizações um olhar mais exigente sobre o papel que espera delas. Recente pesquisa abordando a opinião dos brasileiros sobre o marketing dos bancos² revelou ceticismo entre os clientes: 89% acham que os bancos gastam mais em propaganda do que nas ações socioambientais em si. Assim, cabe às organizações se prepararem melhor para comunicar essas ações, respaldadas numa maior coerência quanto à gestão.

O Relatório de Sustentabilidade (RS) vem sendo cada vez mais usado pelas empresas para dar transparência aos aspectos socioambientais de suas operações. A prática está em crescimento no Brasil, que se destaca entre os países emergentes: segundo a Sustainability/FBDS/UNEP, em 2006/07, 80 empresas publicaram no País, contra 18 na China e 12 na Índia³. No mundo, evoluíram de 27 para 2.800 por ano (1992 a 2007)⁴.

Espera-se de um bom RS um conteúdo tão confiável quanto o das informações financeiras. Não deve ser visto como mero produto, mas como processo que envolve um sistema de gestão que vai alimentar a produção e coleta das informações, além de contemplar a estratégia, a governança e a gestão. A qualidade do relato vem crescendo, porém, o grande desafio continua sendo transformar essa “fotografia” da organização em reflexo confiável de sua realidade, útil para as decisões dos stakeholders⁵. Assim, “dourar a pílula” ou evitar falar de

aspectos negativos pode minar a credibilidade e a imagem das empresas e da prática de relato em si.

A *Global Reporting Initiative* (GRI), rede global *multistakeholder* criada em 1997 e sediada em Amsterdã, desenvolveu as Diretrizes GRI para elaboração desses relatórios⁶. Segundo Gláucia Térreo, Coordenadora GRI no Brasil, a Natura publicou o primeiro relatório GRI no país, em 2000. As adesões cresceram muito com a versão GRI-G3, de 2006. Oficialmente, 1000 entidades usam a GRI para fazer seus relatórios, estimando-se em 2000 as que o fazem informalmente⁷. A GRI está afinada com iniciativas como Indicadores Ethos e Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa (ISE-Bovespa).

Os relatórios visam ser padrão de referência do desempenho em sustentabilidade, demonstrar a influência que a organização exerce ou sofre em relação às expectativas nesse sentido e permitir a comparação de seu desempenho ao longo do tempo e também em relação às demais⁸. A estrutura de relatórios é formada pelas Diretrizes G3, Suplementos Setoriais, Protocolos Técnicos e de Indicadores, disponíveis gratuitamente.

A “alma” da metodologia são os princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações. A Materialidade, a inclusão de *stakeholders*, o contexto de sustentabilidade e a abrangência visam orientar sobre o que será incluído. Já o equilíbrio, a comparabilidade, a exatidão, a periodicidade, a clareza e a confiabilidade objetivam assegurar a qualidade das informações. A materialidade fixa o “limiar a partir do qual um tema se torna expressivo para ser incluído no relatório”⁹, ou seja, identifica o que é mais importante para o negócio e para os *stakeholders*. Uma mineradora, por exemplo, não poderá deixar de falar dos resíduos que produz, cujos impactos negativos são relevantes sob ambos aspectos.

Os indicadores retratam como a organização trata da sustentabilidade em sua estratégia e na gestão. Porém, mais do que trazer dados, um bom relato deve permitir ao *stakeholder* entender as implicações dessas informações nas suas decisões. Por exemplo, quando

¹ Consultora e professora em sustentabilidade e responsabilidade social; instrutora nomeada Oficina Certificada GRI (Cons. BSD/FGV/Unicethos).

² AMIGOS DA TERRA. Pesquisa Mostra que População não Acredita no Marketing Verde. Disponível em: <http://ef.amazonia.org.br/index.cfm?fuseaction=noticia&id=309889>. Acesso em: 12 de jun. 2009.

³ SUSTAINABILITY/FBDS E UNEP. Rumo à Credibilidade: uma pesquisa de relatórios de sustentabilidade no Brasil. Prog. Global Reporters. Disponível em: www.fbds.org.br. Acesso em: 20 de Mai. 2009;

⁴ ACCOUNTABILITY. Introdução à AA1000AS 2008 & AA1000APS 2008. Accountability:2008.

⁵ Stakeholders (partes interessadas): [...] grupos ou indivíduos que, estima-se, possam ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços de uma organização; ou cujas ações, estima-se, possam afetar a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso. (Fonte: Diretrizes GRI G3. Disponível em: www.ethos.org.br)

⁶ GT GRI G3: 2º GT, 2008. BSD, GVCES, UNIETHOS. [...] Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em: 20 de Abr. 2009.

⁷ GLÁUCIA TÉRREO. Comunicação Pessoal em 20 de Abr 2009.

⁸ GRI. Diretrizes GRI G3. 2006. Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em 20 de Abr. 2009.

⁹ Idem Nota 6, p.48.



uma empresa aborda o trabalho escravo, deve identificar as operações sujeitas a esse risco e informar as medidas que adota para prevenir ou eliminar o problema, tais como, a consulta à lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego antes de contratar um fornecedor.

Diversos estudos e rankings vêm associando a boa qualidade dos RS ao uso da metodologia, cujo reconhecimento pelo mercado financeiro é crescente. Estudo da Sustainability/FBDS/UNEP (2008), mostrou que é utilizada por todos os dez melhores relatórios da edição brasileira. A metodologia vem evoluindo visando facilitar sua compreensão e implantação, em especial em pequenas empresas. Exemplo disso é a criação de níveis de aplicação - C, B e A, dependendo se a entidade relatora é iniciante, intermediária ou avançada - além da disponibilização de modelo de relatório para o Nível C.

A GRI sugere a implantação em cinco etapas: preparar-se para o processo; conectar-se com os stakeholders; definir temas, metas e procedimentos; monitorar e verificar, que inclui desenvolver o conteúdo; e relatar, quando finalmente o relatório é redigido e publicado e o próximo ciclo é preparado¹⁰. Mantém serviço de Oficinas Certificadas visando capacitar relatores e usuários de RS para o uso da G3 (três parceiros no Brasil).

A GRI vem ampliando o diálogo com os governos, visando incentivar o setor público a promover maior transparência interna e nas empresas, via políticas públicas. Vem também incentivando o setor público a elaborar relatórios. No Brasil, o Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) de Minas Gerais, pioneiro na América Latina, deverá lançar seu relatório GRI em 2009¹¹.

O mercado financeiro, devido à necessidade de incorporar aspectos socioambientais e de governança na análise de investimentos, vem ampliando o interesse nos RS, bem como suas exigências em relação à qualidade e confiabilidade¹². A dificuldade de comparar empresas de um mesmo setor é o maior problema, o que requer maior clareza e consistência e valoriza a verificação externa. Para tornar o RS relevante para esse mercado, é preciso reduzir a quantidade de informação, focando as questões materiais e aumentando a consistência dos indicadores.

¹⁰ GRI. Ciclo preparatório para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI: [...]. Série Caminhos. Amsterdã: 2007.

¹¹ SISEMA. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. WEBSITE. Disponível em: http://www.semamg.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=802 Acesso em: 24 de jun. de 2009.

¹² GRI. *Conference in Review*. 2008. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonalyres/3F281C6D-F8AE-4EF5-9B7F-7E7A61F1A907/0/ConfInReviewForPortal.pdf>

Os Critérios Ethos-ABRAPP de Investimento Socialmente Responsável determinam que os fundos ligados à Assoc. Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) devem verificar se as participadas publicam balanço social e até incentivá-las a fazê-lo¹³. Hoje, 14,9% deles consultam os relatórios na análise de investimentos, com tendência de crescimento.

Elaborar RS, prática corrente entre as grandes empresas globais, vem se disseminando entre as de menor porte. No Brasil, é esperado aumento do relato, contribuindo para sua difusão na América Latina¹⁴. A GRI se destaca como referência e, no Brasil, metodologias como Ibase e Ethos também contribuem para disseminar a prática.

O grande desafio é produzir um RS com visão holística da estratégia e da gestão socioambiental, adequando as informações ao contexto de atuação e sem produzir relatórios longos ou confusos. A KPMG¹⁵ resume assim a questão: fornecer a correta informação para o *stakeholder* correto, no tempo certo e na forma adequada. Como tendências, vislumbram-se¹⁶:

- Regulação, já adotada em vários países
- Aumento da verificação por terceira parte
- Maior demanda de informações socioambientais por *stakeholders* econômicos
- Integração entre estratégia e sustentabilidade
- Perda de importância do RS como documento, redução de tamanho e incorporação aos canais de comunicação corporativos
- Estreitamento da correlação entre governança e responsabilidade corporativa
- Maior conexão entre responsabilidade corporativa e gestão da cadeia de valor
- Foco em: clima, direitos humanos, alimento/água
- Maior participação dos *stakeholders*
- Auxílio da tecnologia no manejo de dados, conexão com *stakeholders* e gestão de cenário/riscos.

¹³ KPMG. *International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008*. Disponível em: http://www.kpmg.nl/Docs/Corporate_Site/Publicaties/Corp_responsibility_Survey_2008.pdf Acesso em: 21 de Jun 2009;

¹⁴ KPMG, 2008, p. 16

¹⁵ KPMG, 2008; SUSTAINABILITY, FBDS, UNEP, 2008; GRI/Idem nota 12; GRI. *Brazilian Organizational Stakeholder Meeting*: [...]. Encontro realizado em 15/07/2009. São Paulo: 2009.

¹⁶ ABRAPP/ICSS/SINDAPP. Relatório Social das Entidades de Previdência Complementar 2008. Disponível em: www.abrapp.org.br. Acesso em: 20 de Mai. 2009.